

No combate ao desperdício e individualidade dos bens

27-Apr-2009

Vivem-se

hoje tempos de consumismo incontrolável que alimenta a lógica deste mercado. A presente crise permitiu-nos questionar esta lógica descartável do que é produzido. Num mundo onde a globalização reina e aumenta a cada dia que passa as discrepâncias de poder e liberdade, urge um sistema de produção, utilização e reciclagem que se afaste do estatuto de proprietário dum bem/objecto, para um sistema em que usufruamos de serviços.

Contributo

de Diana Neves

Propriedade

privada vs

Serviços - Utilização comum e plural dos bens

Facto

1:

É

verdade: a maior parte das vezes a população não tem conhecimento do processo de produção que está inerente à globalização actual. O preço nem sempre reflecte esse processo já que implicou exploração de muitos trabalhadores, e não teve em conta preços ambientais.

O

mesmo se passa com o processo de se deitar fora. São milhões de toneladas de resíduos que se formam todos os dias por desperdiçarmos bens que embora não estejam estragados, são considerados ultrapassados numa sociedade hi-tech consumista.

Começa

a não existir espaço neste planeta para suportar este nosso padrão de sobreconsumo. O equilíbrio do planeta é alterado com a extração das matérias primas, a energia que é gasta para produzir e sobreproduzir os produtos e as suas embalagens, os milhões de produtos que são deitados ao lixo ainda em condições de funcionamento, tornando o amontado de resíduos insustentável.

Facto

2:

Na

sociedade actual para termos acesso a bens necessitamos de os comprar. Ser proprietário. Isso para além de requerir investimentos a longo prazo, coloca-nos toda a responsabilidade da sua manutenção até à aniquilação, preferivelmente no fim de vida do objecto. O que não impingem a (ir)responsabilidade que este padrão de compra individual tem em termos globais no planeta e nos processos de produção.

Facto

3:

Um bem

ao ser adquirido, raramente vai ser utilizado da forma mais eficiente, já que só vai ser utilizado por um proprietário, implicando deste modo a necessidade de uma maior produção (já que tem fins individuais). Por outro lado se for um bem que implicou um grande investimento (carro, etc) tenderá a ser utilizado para além do seu tempo de vida, altura em que o seu consumo energético e penalização ambiental, será muito maior do que se fosse utilizado dentro do período para o qual foi projectado.

Primeira

aproximação:

Neste

contexto, surge a ideia de as pessoas deixarem de ser consumidoras directas (proprietárias) para passarem a utilizar os serviços relacionados com esse produto, ou seja, em vez de comprarmos um bem, passamos a comprar um serviço que nos dá acesso a esse bem.

Veamos

primeiros exemplos simples:

-

porque comprar uma máquina de lavar roupa que me implica gastar o dinheiro da compra, da água, dos detergentes, da manutenção da máquina e do seu abate no fim de vida da máquina, se posso ir à lavandaria e pagar por esse serviço?

-
 porquê comprar um carro que me obriga a pagar a prestações durante X anos e pagar selos, seguros, etc, se posso alugar um carro ou fazê-lo em leasing ou utilizar serviços urbanos de car-sharing?

-
 porquê comprar uma casa e ficar com o banco a pór-me a corda no pescoço até aos 80 anos, se posso alugar?

-
 porquê adquirir electricidade em vez de serviços de energia que são remunerados de acordo com a eficiência energética e a redução do consumo que conseguem obter?

É verdade que em alguns nichos retrógrados da sociedade actual, o símbolo da propriedade privada ainda está muito associado ao estatuto de cada um. É também verdade que estas alternativas apresentadas não têm sucesso pois estão muitas vezes presas às flutuações do mercado, tornando-as inviáveis: a lavandaria sai mais caro do que a compra da máquina, o carro alugado sai mais caro que o comprado, o mercado de arrendamento não compensa. Mas não devemos limitar este raciocínio aos exemplos dados. Podemos todos fazer um exercício mental dos pertences da nossa vida que poderiam passar a ser partilhados.

Assim,
 faria sentido:

-
 existir regulamentação estatal destes serviços

- ser
 o próprio Estado a possuir os bens/objectos e que permitisse a venda destes serviços de forma acessível a todas as classes (lavandarias comuns a bairros, construção de bairros com casas para alugar a preços sociais, etc)

-
 Existir uma preocupação ambiental de modo a colocar nestes serviços produtos eficientes e amigos do ambiente, impedindo a ocorrência de sobre-uso e poluição devido aos produtos estarem já fora do seu

tempo de vida.

Acabar com embalagens desnecessárias: Utilização inteligente dos produtos

Facto 1:

A maior parte dos produtos que consumimos está envolta numa quantidade absurda de embalagens: basta irmos ao supermercado e vemos que não conseguimos comprar frescos sem que estes venham separados quase individualmente em embalagens. Apenas nos mercados tradicionais ainda os encontramos sem plásticos.

Facto 2:

A energia dispendida e poluição inerentes à produção destas embalagens, vulgarmente constituídas de plástico (matéria originada a partir do petróleo) é energia mal gasta e que não tem um fim em si.

Segunda Aproximação:

Uma ideia simples - numa primeira utilização dos produtos conservar as respectivas embalagens (preferencialmente de vidro), sendo as utilizações seguintes feitas à base de renovar/adquirir o produto mas não a embalagem. Entendamos com alguns exemplos:

- porque não ter garrafas vidro para o leite que podem ser enchidas nos supermercados, em vez de se comprar novas embalagens de leite?

-

porque não ter recipientes específicos para os produtos de limpeza (casa, etc) e serem reabastecidos apenas os necessários?

-
porque não utilizar sacos específicos para ir ao mercado em vez de trazer 20 sacos de plástico meio cheios para casa?

Os exemplos poderiam continuar! Existe toda uma indústria de desperdício que poderia ser evitada. O Planeta agradecia e teríamos uma gestão mais sustentável dos recursos.

Com estas duas aproximações talvez conseguíssemos promover a eficiência energética e sustentabilidade ambiental na sociedade em que vivemos, recusando padrões de consumo que nos são impostos. São com produtos verdes e casas energeticamente eficientes acessíveis a uma classe alta, não vamos conseguir contrariar os problemas ambientais que ameaçam o planeta. E também essa luta que aqui travada.

Diana
Neves

{easycomments}